



Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Administradores,
Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CARUANA S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (CARUANA), relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.
Cenário: O primeiro semestre de 2019 foi marcado pela volatilidade nos ativos financeiros e depreciação em relação ao crescimento da economia brasileira. Conjuntamente com a redução das projeções de crescimento, o comportamento da inflação corrente e as expectativas abaixo da meta propiciaram espaço para um estímulo monetário, com redução da SELIC meta. Durante o semestre houve redução da expectativa de crescimento do PIB, ainda assim ligeiramente positiva para o exercício. A taxa de desemprego apresentou pequena redução no segundo trimestre do ano e a inflação permaneceu controlada durante o período. O setor de mobilidade urbana apresentou melhora com aumento da produção total de chassis de ônibus urbanos e rodoviários, quando comparado ao segundo semestre do ano anterior, mostrando estabilidade. Para o segundo semestre acreditamos na recuperação dos níveis de atividade, emprego e crédito, ainda que de forma lenta e gradual, impulsionada principalmente pela aprovação em primeiro turno da Reforma da Previdência. Entretanto, a recuperação econômica do país ainda possui grandes desafios a serem enfrentados pelo governo. Diante do cenário exposto acima a CARUANA encerrou o primeiro semestre de 2019 superando as expectativas de seu planejamento estratégico e preparada para os novos desafios do

segundo semestre. A redução da SELIC meta propicia cenário otimista de redução do custo de captação de recursos e aumento da lucratividade.
Resultados: A CARUANA encerrou o primeiro semestre de 2019 com um total de ativos de R\$ 774.936 mil (R\$ 721.135 mil, em 30 de junho de 2018), dos quais as operações de crédito representam R\$ 646.542 mil (R\$ 626.312 mil, em 30 de junho de 2018), alcançando um crescimento de 3,23% no período. O lucro líquido no semestre foi de R\$ 12.712 mil, sendo 545% maior quando comparado ao primeiro semestre do ano anterior e o Patrimônio Líquido atingiu R\$ 87.502 mil. O aumento no lucro líquido da CARUANA foi ocasionado principalmente pela redução da necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelo aumento da receita com serviços financeiros e pela redução dos custos de captação de recursos, com aumento da base de clientes investidores e de distribuidores. A CARUANA tem trabalhado para aumentar suas receitas com prestação de serviços, tendo atingido um crescimento de 82,3% no semestre (R\$ 3.630 mil em 30 de junho de 2019 contra R\$ 1.991 mil em 30 de junho de 2018). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de cartões pré-pagos e pós-pagos, direcionados ao setor de transporte de passageiros. Ao final do semestre, a Caruana apresentou reserva de caixa livre de R\$ 75.143 mil, equivalente a 86% do seu Patrimônio Líquido, demonstrando excelente nível de liquidez. O Patrimônio de Referência representou 11,50% dos Ativos ponderados pelo risco (RWA), excedendo o mínimo exigido

pelo Banco Central do Brasil de 10,50%. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da instituição.

Destaque: A CARUANA manteve, no primeiro semestre de 2019, sua classificação de rating (brA-), divulgada pela agência Standard & Poor's, demonstrando estabilidade financeira e em suas estruturas operacionais. A Companhia continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com as principais bandeiras do mercado. A CARUANA segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha da CARUANA, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Companhia.

São Paulo, 21 de agosto de 2019

A Administração

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019		2018		Passivo	Nota	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante		486.453	481.435	258.015	197.147	Circulante		258.015	197.147	258.015	197.147
Disponibilidades	4	910	523	51.060	33.071	Depósitos		34.460	27.270	34.460	27.270
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	72.018	55.448	16.600	5.801	Outros depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Títulos e valores mobiliários	6	10.793	18.036	1.537	1.202	Recursos de depósitos	10b	189.791	147.586	189.791	147.586
Carteira própria		10.793	18.036	1.537	1.202	Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Operações de crédito	7	365.702	374.403	15.627	15.288	Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Setor privado – Empréstimos		284.693	303.704	1.537	1.202	Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Setor privado – Financiamentos		107.763	107.251	1.537	1.202	Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(26.754)	(36.552)	1.537	1.202	Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Outros créditos	9	18.582	9.478	237	106	Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Diversos		19.094	9.649	12.532	12.669	Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(512)	(171)	44	861	Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Outros valores e bens		18.448	23.547	2.814	1.652	Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Bens não de uso próprio		17.186	23.082			Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
(Prov. para desv. de outros valores e bens)	3.1f	(3.113)	(3.200)			Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Material em estoque		78	78			Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Despesas antecipadas		4.297	3.587			Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Despesas antecipadas		285.272	236.039			Recursos de depósitos	10a	189.791	147.586	189.791	147.586
Não Circulante		285.272	236.039	57.611	75.755	Depósitos		57.611	75.755	57.611	75.755
Títulos e valores mobiliários	6	20.467	—	57.611	75.755	Depósitos a prazo	10a	57.611	75.755	57.611	75.755
Carteira própria		20.467	—	57.611	75.755	Depósitos a prazo	10a	57.611	75.755	57.611	75.755
Operações de crédito	7	247.265	209.888	351.705	349.513	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Setor privado – Empréstimos		152.727	160.341	20.103	16.062	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Setor privado – Financiamentos		99.973	54.476	20.103	16.062	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(5.435)	(4.929)	20.103	16.062	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Outros créditos	9	12.347	22.226	11c	19.069	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Diversos		12.347	22.226	12b	1.034	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Outros valores e bens		5.193	3.925	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Despesas antecipadas		5.169	3.871	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Material em estoque		24	54	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Investimentos		325	270	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Outros investimentos		325	270	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Imobilizado de uso		982	1.198	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Outras imobilizações de uso		2.880	2.838	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
(-) Depreciação acumulada		(1.898)	(1.640)	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Intangível		1.904	2.193	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Sistema de processamento de dados		3.998	3.555	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
(-) Amortização acumulada		(2.094)	(1.362)	13	87.502	Recursos de depósitos	10a	351.705	349.513	351.705	349.513
Total do ativo		774.936	721.135	774.936	721.135	Total do passivo e patrimônio líquido		774.936	721.135	774.936	721.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2017	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
59.459	5.195	1.195	1.836	14.199	—	80.689
Aumento de capital	5.195	(5.195)	—	—	1.969	1.969
Lucro líquido no semestre	—	—	—	—	—	—
Destinações:	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	98	—	(98)	—
Reserva especial de lucros	—	—	—	1.871	(1.871)	—
Saldos em 30 de junho de 2018	64.654	—	1.934	16.070	—	82.658
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.654	4.420	2.489	15.087	—	86.650
Aumento de Capital	4.420	(4.420)	—	—	—	—
Lucro líquido no semestre	—	—	—	—	12.712	12.712
Destinações:	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	636	—	(636)	—
Reserva especial de lucros	—	—	—	12.076	(12.076)	—
Dividendos Pagos	—	—	—	(11.860)	—	(11.860)
Saldos em 30 de junho de 2019	69.074	—	3.125	15.303	—	87.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

1. Contexto operacional – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”) iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo Banco Central do Brasil a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP), na modalidade de emissora de moeda eletrônica, possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo Banco Central são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. No primeiro semestre de 2019, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva); b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da empresa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 04 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 – Provisões Passivas contingentes e Ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016; l) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 21 de Agosto de 2019. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 BACEN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria “Títulos para negociação” e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge accounting” são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. Em 30 de junho 2019 e 2018, a Sociedade não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. e) **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixa-

das contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7.e. f) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente e, para 30 de junho de 2019 a Sociedade registrou uma provisão de R\$ 3.113 (R\$ 3.200 em 30 de junho de 2018) para fazer face à desvalorização de Bens Não de Uso Próprio. g) **Imobilizado e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. h) **Depósitos e recursos de depósitos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideramos os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia. i) **Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018 conforme determinação da Lei 13.169/2015 do art. 1º, a partir de 01 de janeiro de 2019 passa a vigorar a alíquota de 15% para a tributação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resoluções nº 3.355 e 3.059 do BACEN. j) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. Provisões passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias –

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento				
f) A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação no semestre				
	2019	2018		
Saldo inicial	28.649	31.562		
Constituição	9.764	24.456		
Reversão	(1.355)	(4.965)		
Baixas de créditos contra prejuízo	(4.856)	(9.567)		
Provisão sem característica de concessão de crédito	499	–		
Saldo final	32.701	41.486		
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. g) Operações com cartões de crédito: Em 30 de junho de 2019 e 2018, as operações de crédito estavam assim representadas:				
	2019	2018		
Ativo				
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	1.386	540		
Total	1.386	540		
Passivo				
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão (Nota 11b)	(367)	(377)		
Total	(367)	(377)		
Saldo líquido	1.019	163		
h) Resultado das operações de crédito				
	2019	2018		
Rendas de empréstimos:				
Capital de giro	43.887	44.650		
Cartão de crédito	1.599	814		
Conta garantida	651	467		
Rendas de títulos descontados:				
Títulos descontados	1.676	1.817		
Rendas de financiamentos:				
Crédito direto ao consumidor (CDC)	23.562	21.264		
Total	71.375	69.012		
8. Créditos Renegociados e Recuperados de Prejuízo				
a) Renegociados:				
	2019	2018		
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	29.412	33.109		
Capital de Giro	195.305	120.198		
Desconto	5.011	5.109		
Total	229.728	158.416		
b) Recuperados de Prejuízo:				
	2019	2018		
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	1.230	181		
Capital de Giro	116	–		
Cartão de crédito	91	37		
Total	1.437	218		
9. Outros créditos – diversos				
	2019	2018		
Créditos tributários (Nota 9a)	25.072	25.909		
Serviços prestados a receber	20	20		
Adiantamentos salariais	135	136		
Adiantamento p/pagamento de nossa conta	103	66		
Impostos e contribuições a compensar	2.456	2.550		
Pagamentos a ressarcir	139	139		
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 7a e 7g)	1.386	540		
Devedores diversos País (ii)	2.130	2.507		
Devedores dep. em garantia	–	8		
(-) Provisão para outros créditos	(512)	(171)		
Total	30.929	31.704		
Curto prazo	18.582	9.478		
Longo prazo	12.347	22.226		
(i) Referem-se às operações de cartão de crédito operadas e não vencidas e operações a futuro. (ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente. c) Créditos Tributários: Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias inadimplíveis. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.				
	Saldo	Constituições/ Reversões	Realizações	Saldo
	31/12/2018			30/06/2019
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.929	3.492	–	23.421
Provisão para perdas sobre bens não de uso próprio	1.711	160	(626)	1.245
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	375	74	(43)	406
Total	22.015	3.726	(669)	25.072
Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias. A Caruana não possui saldos de prejuízo fiscal acumulado e base negativa. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:				
	Diferenças temporárias			
	Imposto de renda	Contribuição social		
2019	6.121	3.672		
2020	7.667	4.600		
2021	1.607	96		
2022	423	254		
2023	165	99		
2024	251	151		
2025	106	64		
2026	777	466		
Total	15.670	9.402		
A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até oito anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário estimado é de R\$20.968, utilizada a taxa média de captação do período.				
10. Depósitos – a) Depósitos e recursos de aceites cambiais:				
	2019		2018	
	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)
Até 3 meses	10.958	48.894	3.487	55.164
De 3 a 12 meses	23.508	140.929	23.783	92.422
Acima de 12 meses	57.605	351.673	75.755	349.513
Total	92.071	541.496	103.025	497.099
(*) Do saldo de R\$ 92.071 (R\$ 103.025 em 2018) o montante de R\$ 81.055 (R\$ 84.168 em 2018) refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 126,9794% do DI (Depósito Interfinanceiro) e o montante de R\$ 11.016 (R\$ 18.857 em 2018) refere-se à captação com garantia especial do FGC (DPGE II), com taxa média de 107,00% do DI (Depósito Interfinanceiro); (**) O montante de R\$ 541.496 (R\$ 497.099 em 2018) refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 126,9615% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados.				
b) Outros depósitos: Refere-se substancialmente a saldo credor em cartões de pré pagamento.				
11. Outras obrigações				
a) Fiscais e previdenciárias				
	2019	2018		
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	11.878	12.050		
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	46	52		
Impostos e contribuições sobre salários	208	186		
Outros	400	381		
Total	12.532	12.669		
Curto prazo	12.532	12.669		
b) Diversas				
	2019	2018		
Provisão para pagamentos a efetuar	1.082	889		
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão (Nota 7g)	367	377		
Credores diversos – País	1.365	386		
Total	2.814	1.652		
Curto prazo	2.814	1.652		
c) Dívidas Subordinadas				
	2019	2018		
Letras Financeiras Subordinadas LFS (i)	19.069	15.996		
Total	19.069	15.996		
Longo prazo				
(i) Em 30 de outubro de 2015 realizamos a emissão de 10 Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), totalizando 10 milhões de reais, com a intenção de aloca-las como Capital Nível II para fins de apuração dos limites operacionais impostos pelo BACEN e especificados no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) com vencimento para novembro de 2020 com taxa de 19,44% a.a., sem amortizações periódicas de juros ou principal. Ato aprovado pelo BACEN, em 15 de dezembro de 2015.				
12. Provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais – a) Ativos contingentes: Em 30 de junho de 2019 e 2018 não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes. b) Contingências classificadas como perdas prováveis e obrigações legais: b.1) Provisões trabalhistas e previdenciárias: São compostas, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se também o montante de R\$743(R\$ 430 em junho de 2018) relativos a provisões para cobertura de riscos trabalhistas e previdenciários, oriundos dos processos operacionais da Sociedade. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. b.2) Provisões cíveis: São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de cartões consignados, sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos. As movimentações das provisões para riscos e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão abaixo apresentadas:				
	2019	2018		
Provisão para contingências				
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total	
Saldo no início do semestre	915	20	935	933
Constituições	437	86	523	466
Parcelamento	63	106	169	–
Realizações/reversões	(443)	(106)	(549)	(472)
Saldo no final do semestre	972	106	1.078	927
c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 30 de junho de 2019 não houve contingências passivas classificadas como perdas possíveis em processos de natureza trabalhista (R\$ 377 em 2018) mas houve 36 processos de natureza civil no valor de R\$2.219 (R\$ 3.327 em 2018), com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos: • Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos; • Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras.				
13. Patrimônio Líquido – a) Capital social: O capital social é representado por 45.403.308 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 4.420, através do pagamento de Juros sobre Capital Próprio, sendo o novo capital social de R\$ 69.074, representado por 45.403.308 ações ordinárias nominativas. b) Reserva de lucros – Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2019, foi constituído o valor de R\$ 636. c) Dividendos: O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do semestre, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No semestre findo em 30 de junho de 2019 houve distribuição de dividendos no montante de R\$ 11.860.				
14. Receitas de prestação de serviços				
	2019	2018		
Tarifas sobre operações de crédito	1.127	929		
Tarifas sobre cartão	2.245	839		
Receitas sobre cartão frete	120	138		
Receitas de comissões	138	85		
Total	3.630	1.991		
15. Outras receitas/despesas operacionais				
a) Outras receitas operacionais				
	2019	2018		
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.437	218		
Reversão de outras provisões operacionais	443	283		
Outras rendas operacionais	40	20		
Total	1.920	521		
b) Outras despesas operacionais				
	2019	2018		
Atualização de impostos	29	91		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	523	466		
Outras despesas operacionais	1.008	222		
Total	1.560	579		
	2019	2018		
Despesas de processamento de dados	3.343	3.044		
Despesas de serviços de terceiros	2.220	2.032		
Despesas de comunicação	490	374		
Despesas do serviço financeiro	1.345	1.368		
Despesas com serviços técnicos especializados	2.517	2.865		
Despesas de propaganda e publicidade	193	227		
Despesas de viagens no País	244	350		
Despesas com depreciação e amortização	506	461		
Despesas com aluguel	497	465		
Despesas com honorários da diretoria	853	720		
Outras despesas administrativas	1.649	1.993		
Total	13.857	13.899		
16. Outras despesas administrativas				
Despesas de processamento de dados				
Despesas de serviços de terceiros				
Despesas de comunicação				
Despesas do serviço financeiro				
Despesas com serviços técnicos especializados				
Despesas de propaganda e publicidade				
Despesas de viagens no País				
Despesas com depreciação e amortização				
Despesas com aluguel				
Despesas com honorários da diretoria				
Outras despesas administrativas				
Total				

17. Transações com partes relacionadas – a) Transações com partes relacionadas

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Caruana S/A Participações e Empreendimentos				
Letras de câmbio (*)	(324)	(4)	(45)	–
Pessoas Físicas				
Letras de câmbio	(540)	(16)	(626)	–
(*) As taxas praticadas são as mesmas aquelas praticadas com o mercado.				
b) Remuneração da Administração: Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 853 (R\$720 em 2018). A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho.				
18. Imposto de Renda e Contribuição Social				
a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social				
	2º semestre		2º semestre	
	2019		2018	
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	21.758		4.654	
Encargo total do imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 15% respectivamente	8.703		1.862	
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes:				
(+) Adições (Exclusões) Permanentes	257		81	
(+) Outros	86		742	
Imposto de Renda e da Contribuição Social	9.046		2.684	
19. Limites operacionais – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:				
	Exigência		30/06/2019	
	(Limite)	Situação	Margem	
Índice de Basileia	10,50%	11,50%	1,00%	
	62.197	89.412	27.215	
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)				
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)				
Capital Principal Mínimo Requerido p/o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	46.648	85.598	38.950	
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	34.986	85.598	50.612	
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	19.437	27.215	7.778	
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	44.706	1.308	43.398	
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	87.502	80.502	
(*) E alterações complementares.	7.000	69.074	62.074	
	Exigência		30/06/2018	
	(Limite)	Situação	Margem	
Índice de Basileia	10,50%	11,90%	1,40%	
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	62.950	86.863	23.913	
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	43.791	80.465	36.674	
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	32.843	80.465	47.622	
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	13.685	23.913	10.228	
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	43.431	1.469	41.962	
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	82.658	75.658	
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	64.654	57.654	
(*) E alterações complementares.				
Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria: a) Governança: A Administração da CARUANA entende que decisões colegiadas são fundamentais para a evolução da Sociedade. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração e por Gestores Seniores. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal aculturação leva a Sociedade às melhores práticas de governança corporativa de forma a garantir a devida segregação de interesses, fundamentado nos princípios da transparência, estabilidade e eficiência operacional, necessários para o direcionamento da Instituição em sua trajetória de crescimento e criação de valor. b) Controles Internos: A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores e assegurando que sejam conhecidos todos os processos e responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigatórios legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro. Para atendimento aos requisitos da PLD, contemplamos nas rotinas diárias, sistemas, procedimentos e controles para as operações, de forma a normatizar, acompanhar, monitorar e agir nos casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, detecção e prevenção de operações cujas características possam indicar a existência de crimes por lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores conforme a Lei nº 9.613/98, com a atuação sob a responsabilidade da unidade de Compliance e Controles Internos da Caruana, adotando sistemas de controles e de monitoramentos sobre operações ativas e passivas, imprimindo especial atenção à função cadastro, com a finalidade de prevenir a realização de operações que possam contrariar a regulamentação da prevenção à lavagem de dinheiro, entendendo ser sua responsabilidade subsidiária atuar no combate a operações da espécie. A nossa estrutura proporciona, de forma independente e autônoma das demais áreas, a segurança operacional e confiabilidade, visando a busca da conformidade por meio de ações corretivas e preventivas necessária para a tomada de decisão do Comitê de PLD. c) Gerenciamento de Riscos: No gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e na gestão de capital, estamos realizando o acompanhamento e monitoramento com a frequência necessária à segurança das operações. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da CARUANA é composta pelo (i) Gestor de Riscos; (ii) Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos; (iii) Comitê de Riscos e (iv) Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento dos processos e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzidos pela CARUANA, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet. Ademais, a Caruana utiliza tecnologias e ferramentas já existentes na atual estrutura, adaptadas às necessidades do mercado brasileiro, com o propósito de identificar, monitorar e mitigar os riscos, de maneira efetiva e contínua, com base no conjunto de normas e procedimentos, de ordem interna e externa, assegurando o cumprimento das determinações legais e regulamentares, com as melhores práticas de mercado. d) Ouvidoria: Atenta aos direitos do consumidor, a CARUANA mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para o registro das manifestações dos clientes, buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos				